A crise dos Institutos Históricos

JOÃO ALFREDO MONTENEGRO (*)

É de se afirmar que se trata de uma crise inerente às origens e ao percurso histórico da instituição, como das similares das diversas unidades da Federação, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo modelo foi básico na postura e nas atividades por elas empreendidas ao longo de mais de um século.

Assim, é preciso que se entenda o seguinte: o tradicionalismo e o conservadorismo a presidirem a fundação, a organização e os trabalhos do Instituto do Ceará imprimiram de logo à entidade um espírito e um desempenho uniformes, com poucas modificações, até hoje. O que, evidentemente, a deixou refractária ao sopro das correntes de pensamento mais atualizadas, a metodologias científicas, a orientações historiográficas, responsáveis na verdade, pelo avanço da pesquisa, pelas mudanças de hábitos de trabalho, pela reestruturação técnica e administrativa dos órgãos sob cujo apanágio se desenvolvem todos esses misteres.

No caso dos Institutos Históricos o problema se agravou ainda mais considerando que eles passaram a se ressentir do fato de concentrarem superlativamente as suas atividades em sessões periódicas, privilegiando o que nelas transcorria e secundarizando as pesquisas, as quais, originariamente, pretendiam justificar a criação deles.

Tudo em função de um conceito de órgão cultural, as chamadas academias de expressivas conotações feudais, já bem recebidas e funcionando entre nós no período colonial.

Nelas o exercício retórico tornou-se uma constante, cercando os *elogios* a figuras eminentes das letras, das artes, das ciências, até da política e Administração, num estreito conúbio que, na linguagem rebuscada, exaltava os feitos dos construtores da ordem imperial.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Academias que inauguraram um forte vínculo entre Estado e cultura, impedindo que esta assumisse a sua missão crítica, a da análise fria e desimpedida do pensamento, das realidades objetivas, do comportamento das personalidades públicas, sempre que isto redundasse no malferimento dos interesses oficiais, mesmo porque elas se mantinham e sobreviviam graças aos favores dos governantes, prevalecentemente.

E, dessa forma, elas passaram a constituir uma instância cultural desprovida do impulso criador que animou as verdadeiras academias, as primeiras que, situadas em períodos bastante recuados, como na Grécia Antiga, e aqui vem a lume a Academia platônica, "que desenvolveu uma intensa atividade filosófica e científica" (José Fenater Mora, Dicionário de Filosofia, Tomo I, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1971, verbete *Academia Platônica*, p. 40), cumpriram com extraordinária elevação, de espírito, renovando o pensamento, as ciências, as linguagens, os seus objetivos.

É irretorquível que "a partir das Academias do século XVIII, a forma culta, transnacional, a que se teriam subordinado os conteúdos da paisagem e da sociedade colonial, segundo Antônio Cândido", criando o "vínculo placentário", a "inevitável dependência da nossa literatura em relação aos códigos europeus: a língua, os estilos, os esquemas ideológicos", transbordaram densos resquícios de uma cultura, de um perfil de organização cultural que imanetizaram as atuais academias literárias, os institutos históricos, malgrado as transformações que neles se processaram.

Uma matriz renitente, de extração literária, a considerar a história como uma de suas formas, o que é bem visível na História da Literatura, de Sílvio Romero, embora já apontado o necessário embasamento crítico da história e se agrupando entre os que buscassem o espírito da nossa nacionalidade, sintonizando com algo vivo entre os grandes expoentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que deu as grandes coordenadas do projeto historiográfico perfilhados pelos Institutos Históricos provinciais/estaduais.

Realça aí uma historiografia liberal-romântica, compondo-se com o liberalismo conservador montado nas estruturas de poder da monarquia, o qual não ultrapassava as fronteiras e os objetivos do Estado, superlativamente restritos. É que se demorava na regula-

mentação da máquina administrativa e na elaboração de normas referentes às instituições políticas, na urdidura de critérios destinados ao controle da política pelo Império, no caso, compatibilizando os interesses seus e os de ordem privada, numa estranha conciliação em que o Estado se exime do exercitar a plenitude de seus fins.

Estreitam-se, com o decurso do tempo, as aproximações entre a historiografia brasileira e as pesadas limitações do liberalismo conservador. Ambos assentam as suas especificações teóricas e funcionais no Estado.

O espaço deste é o mesmo da historiografia. Daí o tom comum aos historiadores, utilizando o discurso justificador do *status quo.*

Escrevi alhures que tal historiografia restringe o espaço da narrativa histórica: o campo de atuação do Estado e de seus agentes. No que transparece a nota ideológica mais forte que apresenta, o de extensão do liberalismo, empolgando o discurso justificador do *status quo*, da formação progressiva do Estabelecimento político, projeção "natural" das relações sociais previamente definidas num espaço e num tempo "originais".

Fazer história é sempre buscar origens, expressão de um determinismo histórico-social, que é a seqüência encadeada através dos períodos, da existência nacional.

Daí a imagem mítica da história nacional, forjada na sua contextualização superficial, pela dissecação escriturística de valores aplicados à matéria histórica, apreendendo dele apenas aqueles pontos que se harmonizam com o referencial político do historiador.

Tal postura suscita fatalmente o factualismo. A enunciação dos fatos traz embutida a ocultação de uma realidade mais profunda, de natureza estrutural, obstando a emergência das grandes e densas correlações de blocos socio-culturais, econômicos e políticos. *A Historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1998, p.49-50, de João Alfredo Montenegro).

Ora, essa orientação teórica da nascente historiografia brasileira, que chega a debater os seus fundamentos metodológicos, embora de maneira simplista, malgrado os cuidados com o respaldo de uma documentação hábil e copiosa, não consegue ir além da *literatura.* Enfatiza a narrativa própria desta. O historiador deve ter sobretudo vocação literária, o que bate com aquela concepção ex-

posta por Sílvio Romero. Com essa diretriz, qualquer pessoa, desde que se valha de uma linguagem própria dos bons escritores, pode ser historiador. Porquanto dispensada a formação científica adequada à uma interpretação sociologicamente relevante.

Então, médicos, engenheiros, advogados se fizeram historiadores. E vários deles bons historiadores, do ponto de vista da narração documentada sem, contudo, desenharem uma causalidade mais profunda dos eventos, das conjunturas, das estruturas, por falta de uma visão de conjunto dos determinismo socioculturais, políticos e econômicos subjacentes àquela trilogia.

Os Institutos Históricos herdaram e cultivam basicamente essa visão liberal-conservadora.

O Instituto do Ceará, especificamente, emprestou-lhe considerável reforço com o tradicionalismo exaltado e glorificado pelo Barão de Studart.

Vale dizer: o grande mestre da historiografia estadual, o maior de todos no reconhecimento de José Honório Rodrigues, ao expressar o seu culto à tradição em vários dos seus trabalhos, coadjuvou a sua participação no "Círculo Católico" de Fortaleza, que teve existência entre 1913 e 1922.

Assim, "Jesuítas e Jesuitismo", "Elogio Fúnebre de Sua Santidade o Papa Pio X" e outros mais estruturam de forma complementar, na visão do Barão, um racionalismo, uma composição ético-religiosa que se sobrepõe aos próprios fatos, modelando-os, uma espécie de sobrenaturalismo, de sobrevalorização das figuras históricas eminentes que encarnaram ideais conservadores legítimos, porque eternos, e tradicionalistas, porque escorados num passado fundador.

Aí vai uma sobreimposição, facilitando o predomínio de situações estruturais-conjunturais em que, malgrado palpável distorções, o catolicismo institucionalizado encarna a verdade do Ser, a palavra divina, a essência moral da sociedade, seiva revitalizadora da cultura, da Civilização

Trata-se de um modelo de discurso compartilhado pelas formações racionalistas em geral. O Liberalismo, o Evolucionismo, o Positivismo compõem manifestações dessa ordem, todas fruto de uma Razão autárquica, de um *logos*, de uma palavra mistificada,

mágica, que devassa soberanamente o real, imprimindo-lhe os sinais da verdade, e dobrando-o aos seus determinismos inexoráveis. (João A. de S. Montenegro, *O Trono e o Altar – As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará*, Fortaleza, BNB, 1991, p. 145-147)

Assim, o Positivismo Rankeano que adotou se harmoniza perfeitamente com a tendência tradicionalista que assumiu.

Inegável que a história do Ceará recebe os seus grandes delineamentos básicos sob a orientação metodológica e as expressivas pesquisas realizadas pelo Barão.

E no que diz respeito à organização das fontes e do rigoroso substrato documental dos fatos narrados. O factualismo não desmerecia, no período de edificação institucional por assim dizer da historiografia cearense, o extraordinário levantamento do nosso passado, logrando um tento admirável na estruturação do regional, dando maior concreção à história nacional.

Studart iniciou, através do Instituto do Ceará, um sério disciplinamento da pesquisa histórica que deu ensejo às magníficas produções de Paulino Nogueira, que situou competentemente o Estado no eixo de sua obra axial em torno dos Presidentes da Província do Ceará, ao rigoroso estudo de Antônio Bezerra intitulado "Algumas Origens do Ceará" e outros mais de sua lavra, às monografias de estrita cientificidade de Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

E não havia nem tempo nem espaço para sequer enumerar as produções abundantes e valiosas contidas em livros ou em artigos publicados na **Revista do Instituto do Ceará**, que, durante mais de quarenta anos, concentrou o que havia de mais fino na História, na Geografia, na Antropologia e em Ciência correlatas, tornando-se um rico referencial de cultura brasileira, e não apenas cearense.

É de se observar, a esta altura, o seguinte: o conservadorismo/tradicionalismo, aliado aos procedimentos positivistas, que marcam o momento de fundação do Instituto do Ceará, e a corrigirem e complementarem os produtos da historiografia liberal-romântica que o antecederam com Tristão de Alencar Araripe, as elaborações científicas do Senador Pompeu, as reflexões sociológicas de João Brígido, as limitações historiográficas de Pedro Theberge, representando os primeiros ensaios de nossa historiografia, o conservadorismo/tradicionalismo, aliado aos procedimentos positivistas, repito, entronca

com a filosofia de "um forte movimento literário, iniciador da literatura legitimamente cearense nas raízes e nos temas", diz José Honório Rodrigues, cobrindo o período de 1860 a 1875.

O ponto alto dessa trajetória é a fundação da *Academia Francesa*, sob as bênçãos do primeiro surto do Positivismo científico a se expressar em uma de suas formas, o naturalismo, pondo fora de campo o romantismo.

Infelizmente, as limitações teórico-metodológicas do Positivismo Rankeano do Barão de Studart impediram um vigoroso enlace entre a presença historiográfica heterodoxa de um Rodolfo Teófilo que, precisamente no seu romance da Seca, "A Fome", estabelece uma reconstituição riquíssima do homem e da realidade cearense, atingindo os anos de 1877 a 1879, como tive a ocasião de demonstrar em *A Política do Corpo na Obra Literária de Rodolfo Teófilo*. O que, de certo modo, não passou despercebido a José Honório Rodrigues (*O Ceará e Sua Historiografia*, in: "Notícia de Vária História", Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951, p. 187 e ss.).

Importante sublinhar que, depois, a Academia Cearense foi uma entidade despojada de qualquer academicismo, motivo pelo qual lograria êxitos intelectuais notáveis, com larga e bem qualificada produção originária da pena de Farias Brito, Justiniano de Serpa, Guilherme Studart e outros.

Iniciou-se no ano de 1896 sob o influxo de idéias estrangeiras que aqui aportavam e influenciada por um estado de espírito favorável ao advento da República. O manifesto Republicano de 1870 reabre a questão liberal e preconiza o restabelecimento pleno do princípio da soberania popular, assim como a extinção do poder moderador, mecanismo estranho à organização política do Estado Liberal, aí ingressando como instrumento de fortalecimento exacerbado do poder executivo. O que favorece sobremodo os surtos de autoritarismo imperial.

A lição de Raimundo Faoro é muito clara nessa direção (*Os Donos do Poder*, 2, Porto Alegre, Editora Globo, p. 443 e ss.).

Ocorreria, então um renascimento liberal com a rejeição do vigoroso conservadorismo que permeava a doutrina e as instituições liberais.

Provavelmente, essa postura ideológica se refletiu na ausência do academismo apontado, facilitando um desempenho intelectual fecundo.

A respeito da **Academia Cearense**, alinha Dolor Barreira itens dos seus estatutos, definindo-lhe um campo de ação que alcança de pleno a sociedade civil, envolvida com o debate das magnas "questões literárias e científicas da atualidade", e sendo beneficiada com promoções de estímulo ao ensino primário e superior e com o fomento do "gosto artístico e literário pelos meios ao seu alcance".

Tal mostra à saciedade que a entidade em tela se preocupava basicamente com problemas socioculturais que transpunham o âmbito de suas reuniões internas. E num sinal claro de que não se deixou levar pelo conservadorismo.

Interessante anotar que o Barão de Studart contribuiu de muito para o excelente rendimento da **Academia Cearense**, sendo dele o projeto de um livro, a ser publicado pela agremiação, e que receberia o título *O Ceará em 1896*, com modificações propostas por Tomás Pompeu, o qual forneceria uma visão de conjunto das propriedades físicas, sociais, políticas e econômicas do nosso Estado. O que, infelizmente, não se concretizou (Dolor Barreira ob. Cit., p. 188 e ss.).

Dessa forma, a entidade daria prosseguimento à mentalidade cientificista e aberta da **Academia Francesa**, entre nós.

Pela longa trajetória de vida do Instituto do Ceará, subsistindo em meio a tantas borrascas, e levando em conta as suas especificidades, os objetivos que o assistem, é lógico que não comportasse, no bojo de uma estrutura acadêmica desprovida da dinâmica suficiente para agilizar iniciativas de alcance social, o ritmo da criatividade da **Academia Cearense**.

Esta se valeu de uma fase da vida nacional de intensas transformações da mentalidade, da economia, da política, carreando recursos e motivações para as atividades culturais.

Superada essa fase, a instituição arrefece o seu ardor criativo e, com o desaparecimento da sua revista, em 1914, caminha célere para a sua extinção aí pelo ano de 1922.

Mas, a riqueza de suas elaborações culturais, se deve, sobretudo, ao fato de contar nos seus quadros com o que havia de mais capacitado no campo do espírito, extraordinárias figuras da estirpe de Farias Brito, de Tomás Pompeu.

Lá, o próprio Barão de Studart teve de colocar em reserva o seu tradicionalismo, enveredando pelo caminho da sua produção científica.

É relevante o cortejo que ora se faz entre a **Academia Cearense** e o Instituto do Ceará, para melhor situar as origens da problemática deste último.

Já deu para observar que a **Casa do Barão**, ao se fixar no modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em estreita afinidade com as premissas do conservadorismo liberal, embutido na doutrina monárquica e nas suas práticas políticas subsequentes, excluiu de imediato a possibilidade de uma abertura das suas pesquisas em direção das teses relativas ao exercício da cidadania, aos direitos individuais, aos direitos sociais proclamados por um Cipriano Barata ou por um Frei Caneca, à uma organização política menos autoritária e elitista.

O primeiro, ao profligar, no seu jornal "Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco", o despotismo de Pedro I, com muita ênfase no ano de 1823, deixava deduzir o claro dissídio entre a sociedade civil e a sociedade política, com a evidente exacerbação do papel cometido ao elitismo burguês instalado no poder. Elitismo esse preconizado mesmo pelos filósofos liberais, como Locke, a privilegiarem a classe dos proprietários.

Seria preciso que Cipriano Barata corrigisse o desnível causado pela separação entre sociedade política e sociedade civil na doutrina liberal, incentivando o gigantismo da elite governamental, e com as idéias democráticas do Enciclopedismo, notoriamente as de Rousseau, para se contrapor, fundando uma corrente no liberalismo brasileiro, ao natural exacerbamento do liberalismo centrista, autoritário (João Alfredo de S. Montenegro, *O Liberalismo Radical de Frei Caneca*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978, p. 95).

Essa tendência mais aberta do liberalismo foi severamente reprimida pelos Institutos Históricos, a qual, abrindo-se para um entroncamento sadio entre o Estado e a sociedade civil, teria contribuído para uma produção historiográfica operacionalmente voltada para as origens e a evolução das magnas questões sociais, políticas, econômicas e culturais que cercam o homem brasileiro, os habitantes das unidades federativas.

Magníficos trabalhos foram publicados nas revistas dos Institutos Históricos, é forçoso reconhecer, enquanto cumpriram o seu período áureo, seguindo o intento de rastreamento de uma realidade em formação, de uma nação que buscava a sua identidade, proporcionando um colossal levantamento e organização de fontes documentais.

Mas chega um momento em que a leitura, a interpretação diversificada dessas fontes, torna-se um imperativo da pesquisa que, rigorosamente, é um imperativo social, captando a gama externa de valores, de situações estruturais, de modos de vida de todos os setores e instâncias da sociedade civil, afastando-se do unidimensionalismo axiológico dos historiadores de tendência conservadora, que dominam os Institutos em tela, fazendo sobrepor nas suas investigações a presença do Estado e de seus agentes, das estruturas de poder que se constituem os seus principais beneficiários.

Esta é uma diretriz elitista, de um elitismo que acabou se voltando contra os mesmos Institutos, determinando o seu fechamento cultural, o isolacionismo que agrava dia-a-dia as crises que os assolam: crise de identidade, crise financeira, crise de modelo.

Nessa ordem de idéias é de todo urgente o debate, seguido de ensaios, sobre a história desses mesmos Institutos.

Porque, somente assim, congregam-se elementos de avaliação segura do desempenho atual deles, das grandes condicionantes de suas crises, daí resultando propostas eficazes de um reordenamento de sua missão, de uma estrutura pesada, dando sinais de chocante esterilidade, visíveis no grande percentual de ausência de seus membros, na falta de critérios técnico-racionais de recrutamento dos sócios, na inexistência de motivação para uma participação frutuosa nas suas atividades, cujas programações esbarram em espaço restrito, freqüentemente resvalando no exercício retórico, no elogio acrítico, em meio a alguns notáveis estudos aqui e acolá lidos em sessão, ou publicados na revista desses órgãos.

Mas esses estudos haverão com o tempo, passadas as borrascas das crises, de constituir a qualidade dominante dos trabalhos aí apresentados.

Algo de esperançoso, de bom, começa a aparecer, nessa linha de atualização.

Tenho em mãos a proposta de pesquisa, a esta hora provavelmente aprovada e, com mais algum tempo, transformada em dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A autoria é de Eduardo Lúcio Guilherme Amaral, bacharel egresso do Curso de História da UFC.

O título: *O Templo da Tradição: o Instituto do Ceará e a construção da história e da identidade cearenses (1887-1930).*

No item das justificativas e Problematizações afirma:

"Este trabalho tem como objetivo o estudo das características da construção do conhecimento histórico, do papel da instituição enquanto agente e espaço desta construção, do estilo como maneira de representação simbólica e dos rituais como meios de permanências. Assim caracterizado enquanto uma inflexão do conhecimento histórico na medida em que relê sua trajetória e analisa seus procedimentos e resultados."

É a nova história, herdeira de um Braudel, de um Thompson e de tantos outros historiadores, atentos às suas responsabilidades sociais, a partir da integração da história no contexto das ciências humanas.

Uma história que urge ser praticada, assumida nos Institutos Históricos, como um grande instrumento e fiador de suas atualizações.